



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

ATOM PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial

Relações com Investidores

(+55 15) 3031-6101

www.atompar.com.br

ri@atompar.com.br

Endereço:

Rua Messias Pereira de Paula, 333 - Jardim Elton Ville
Sorocaba, SP CEP 18046-640

Índice

Mensagem da Administração.....	3
Relatório de Revisão de Auditores Independentes.....	5
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração de Resultados.....	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
Demonstração do Valor Adicionado.....	13
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	14
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	20
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	21



Sorocaba, 07 de fevereiro de 2017: A Administração da **Atom Participações S.A. – em Recuperação Judicial** submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, e o Relatório dos Auditores Independentes, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Mensagem da Administração

“Para vencer, é preciso ter a coragem do início”.

Fizemos nossa lição de casa. Gostaria de agradecer primeiramente todos aqueles que de alguma forma torceram e rezaram pela gente. Foi um ano difícil, não no sentido operacional, mas no controle emocional. Vencemos nosso primeiro grande desafio, sair do polo ativo da recuperação judicial do Grupo Inepar. Nesse momento falta apenas a formalização através da expedição dos ofícios a JUCESP, CVM e BMF&BOVESPA, algo que esperamos resolver antes do carnaval. Infelizmente o começo de ano é complicado, há o recesso no judiciário que voltou apenas no dia 20/01/2017, por isso tivemos que esperar. O prazo para a administradora se manifestar era até 31 de janeiro. Foi feito e com sucesso, agora correr atrás da burocracia e tornar a companhia operacional, finalmente.

No contexto operacional da controladora WPH e das atividades que serão transferidas para a ATOM TRADERS, ficamos muito satisfeitos com o ano que tivemos. Os resultados foram expressivos com ampla geração de caixa, o que nos dá a tranquilidade de não precisarmos de captação de recursos financeiros para financiamento de nossas atividades, ou seja, aumento da nossa equipe de Traders.

Ainda no contexto operacional uma novidade importante, a ATOM entrou com força no mercado de ações, fornecendo o primeiro simulador de ações em tempo real para treinamento e avaliação de novos traders. Esse é um passo extremamente importante, uma vez que abre o leque para a companhia atuar nos dois principais mercados, além da BMF agora BOVESPA. Isso trás uma melhor distribuição das receitas da companhia que busca estar preparada para atuar em todos os mercados.

A Atom iniciou suas atividades também no ambiente físico, iniciando seus cursos presenciais e recrutando representantes para montar “ESPAÇOS ATOM”, uma rede de escritórios que ajudará a treinar e popularizar ainda mais a profissão trader. Esse é um passo muito importante que reforça o sucesso do projeto.

Tivemos mais de 660 interessados em fazer parte do time de representantes e selecionamos 50 para o primeiro momento.

Nada é tão bom que não possa ser melhorado.



No contexto de organização societária José Joaquim Paifer renunciou a presidência da companhia, passando a competência agora para Ana Carolina Paifer que acumula o cargo de diretora de relação com investidores. Joaquim continua na presidência do conselho, atuando em assuntos estratégicos e como responsável pela principal área da companhia, a de trading.

A mudança ainda reforça um grande desejo, melhorar ainda mais o nível de governança corporativa, temos como ambição enquadrar a companhia no Novo Mercado, essa inserção trará maior valor, liquidez e transparência a todos os acionistas.

A Atom se prepara para um grande ano, um ano cheio de desafios, mas também repleto de frutos que já estamos colhendo do trabalho do ultimo ano.

Mais madura e com uma equipe maior, estamos prontos para novos horizontes.

Com a lição de casa feita, bons tempos virão.

A Atom é grande!

Sorocaba/SP, 31 de janeiro de 2017.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Atom Participações S.A. (nova denominação de Inepar Telecomunicações S.A.) - Em Recuperação Judicial
Sorocaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Atom Participações S.A. - Em Recuperação Judicial (“Companhia”), identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atom Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia estava, desde o ano de 2014, em recuperação judicial juntamente com as demais empresas do antigo grupo controlador, situação da qual foi excluída por decisão judicial de 07 de dezembro de 2016, restando apenas a emissão dos ofícios, pelo juiz responsável, para a junta comercial, bolsa de valores e comissão de valores mobiliários, para que essa exclusão se efetive.

Assim, após a emissão dos referidos ofícios e efetiva exclusão da situação de recuperação judicial, os atuais acionistas controladores pretendem reativar a Companhia e prover os aportes de recursos necessários para a liquidação de seu passivo à descoberto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em função de, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, as atividades da Companhia estarem paralisadas há alguns anos e ao fato da mesma encontrar-se, até 7 de dezembro de 2016, em Recuperação Judicial, o único Principal Assunto de Auditoria disse respeito à reativação das atividades da Companhia, conforme já descrito no parágrafo “Incerteza Relevante Quanto à Continuidade Operacional”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação de opinião datado de 04 de março de 2016, contendo o seguinte parágrafo de ênfase sobre a continuidade das operações e transferência do controle acionário:

“Continuidade das operações e transferência do controle acionário

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, os Acionistas e a Administração decidiram, em anos anteriores, pela paralisação das atividades operacionais da Companhia. Consequentemente, foram efetuados, naqueles anos, alguns ajustes e reclassificações nas informações contábeis intermediárias acima referidas para melhor refletir a posição patrimonial e financeira da Companhia considerando sua descontinuidade operacional.

Também conforme descrito nessa mesma nota explicativa, a Companhia, em conjunto com sua ex-controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial e outras empresas do Grupo, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, que foi deferido em 15 de setembro de 2014. Em 13 de maio de 2015, a Assembleia Geral de Credores, aprovou o plano de recuperação judicial.

Em 26 de maio de 2015 foi publicado fato relevante pela Inepar Telecomunicações S.A. - Em Recuperação Judicial e a Inepar S.A. Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral, a venda do controle acionário da Companhia para terceiros.

Assim, a retomada das operações e a liquidação de seu passivo à descoberto depende de aporte de recurso por parte dos novos acionistas da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Ativo	N. E. Nº	Controladora		Consolidado
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Circulante				
Disponibilidades		-	-	10
Impostos a recuperar		564	564	564
Outros créditos		13	13	13
		<u>577</u>	<u>577</u>	<u>587</u>
Não Circulante				
Investimentos em outras empresas	6	10	-	-
Total do Ativo		<u>587</u>	<u>577</u>	<u>587</u>
Passivo	N. E. Nº	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Circulante				
Fornecedores		-	191	-
Impostos e contribuições a recolher		44	44	44
Salários e encargos sociais		-	82	-
		<u>44</u>	<u>317</u>	<u>44</u>
Não Circulante				
Obrigações com controladora (AFAC)	5	8.674	8.245	8.674
Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)				
Capital social	7	235.691	235.691	235.691
Prejuízos acumulados		(243.822)	(243.676)	(243.822)
		<u>(8.131)</u>	<u>(7.985)</u>	<u>(8.131)</u>
Total do Passivo e Patrimonio Líquido (Passivo a Descoberto)		<u>587</u>	<u>577</u>	<u>587</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

RESULTADO POR NATUREZA	N. E. Nº	Controladora		Consolidado
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Despesas Gerais e Administrativas		(327)	(140)	(327)
Outras Despesas Operacionais		(25)	(23)	(25)
Prejuízo antes do Resultado Financeiro		(352)	(163)	(352)
Receitas Financeiras		206	158	206
Despesas Financeiras		-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício		(146)	(5)	(146)

Prejuízo Básico e Diluído por Ação Atribuível aos Acionistas

Por ação ordinária – Em R\$	(0,00047)	(0,00002)	(0,00047)
-----------------------------	-----------	-----------	-----------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>	<u>Resultado Abrangente</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	235.691	(243.671)	(7.980)	-
Prejuízo do exercício	-	(5)	(5)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	235.691	(243.676)	(7.985)	-
Prejuízo do exercício	-	(146)	(146)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.691	(243.822)	(8.131)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo Líquido do exercício	(146)	(5)	(146)
Despesa (receitas) que não afetam o caixa e equivalente			
Provisões	-	-	-
Prejuízo Líquido do exercício ajustado	(146)	(5)	(146)
(Aumento) redução no ativo:			
Impostos a recuperar	-	-	-
	-	-	-
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores	(191)	(144)	(191)
Obrigações sociais	(82)	(24)	(82)
Obrigações tributárias	-	(7.154)	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Empresas ligadas	0	(61)	-
	(273)	7.383	(273)
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(419)	7.388	(419)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aumento de Capital - investimento em empresas controladas	(10)	-	-
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	(10)	-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Operações de mútuos com empresas ligadas, liquidados	429	-	429
CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTOS	429	-	429
EFEITO DAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES			
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	-	-	10
Saldo inicial do caixa e equivalentes	-	-	-
Saldo final do caixa e equivalentes	-	-	10
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES	-	-	10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(352)	(127)	(352)
(Perda) Recuperação de valores ativos	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(352)	(127)	(352)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	(352)	(127)	(352)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	206	158	206
Receitas Financeiras	206	158	206
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(146)	31	(146)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	-	31	-
Salários e encargos	-	31	-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	-	-	-
Juros	-	-	-
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(146)	-	(146)
Prejuízos do período	(146)	-	(146)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(146)	31	(146)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

(Em milhares de Reais, exceto quanto indicado de outra forma).

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL – RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Atom Participações S.A. (nova denominação da Inepar Telecomunicações S.A.) – em Recuperação Judicial é uma sociedade de capital aberto e está registrada no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 00.359.742./0001-08, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0001901 1 (ora em fase de alteração perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo). Está sediada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Rua Messias Pereira de Paula, nº 333, CEP 18046-360. No entanto, já há alguns anos, por decisão de seus antigos administradores e acionistas, suas atividades operacionais encontram-se paralisadas.

Cronologia de Eventos para ativação da Companhia:

- 29 de agosto de 2014 – Pedido de recuperação Judicial pela Inepar Telecomunicações S.A. – em Recuperação Judicial e as demais empresas do Grupo Inepar.
- 15 de setembro de 2014 – Deferimento do pedido de recuperação judicial ajuizado pelo Grupo Inepar, incluindo a Inepar Telecomunicações S.A. e demais empresas relacionadas.
- 26 de dezembro de 2014 – Celebração do Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Ações entre a Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (“Inepar”) e a WHPH Participações e Empreendimentos S.A. (“WHPH”), o qual estabeleceu os termos e condições para a WHPH adquirir, de forma direta, a totalidade da participação da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial, correspondente a 217.070.571 ações ordinárias representativas de 69,2443% do total do capital.
- 03 de fevereiro de 2015 – Ratificação da referida Operação de venda do controle da Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação judicial pelo Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, sendo publicado, na mesma data, fato relevante informando que a Operação de venda da participação estaria sujeita a determinadas condições suspensivas, entre elas a aprovação da alienação do controle por meio do Plano de Recuperação Judicial.
- 14 de maio de 2015 – Publicação do fato relevante no qual a Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial, a Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e a Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 13 de maio de 2015, os credores do Grupo



Inepar, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do plano de recuperação judicial proposto pelas empresas do Grupo Inepar em recuperação.

- 21 de maio de 2015 – Publicação do fato relevante pelas empresas Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial, Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, neste dia, o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu decisão homologando o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas referidas empresas.
- 26 de maio de 2015 – Publicação do fato relevante pela Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial, informando, dentre outros assuntos, que todas as condições precedentes para a conclusão de venda da participação da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial no capital da Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial foram verificadas e cumpridas, com a consequente transferência imediata da referida participação para a WHPH.
- 24 de junho de 2015 - foi submetido à Comissão de Valores Mobiliários - CVM o pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas minoritários, em razão da alienação de controle anteriormente informada, nos termos do Artigo 254-A da Lei das S.A. e da Instrução da CVM nº 361, de 05 de março de 2002, conforme alterada. O referido pedido encontra-se em análise na CVM.
- 08 de agosto de 2015 - foi protocolada petição perante Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo solicitando a exclusão da condição de Recuperação Judicial da Atom Participações S.A. – Em Recuperação Judicial.
- 25 de setembro de 2015 - Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social da Companhia de Inepar Telecomunicações S.A. – Em Recuperação Judicial para Atom Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, a mudança da sede social da cidade de Curitiba (PR) para Sorocaba (SP), a reformulação dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria) e o novo modelo de remuneração dos Administradores.
- 08 de outubro de 2015 – Publicação de comunicado ao mercado informando a alteração de denominação social e os novos códigos de negociação na BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o novo nome de pregão (ATOMPAR) e o código (ATOM3), em substituição ao antigo código (INET3).
- 23 de outubro de 2015 – Publicação de fato relevante informando o andamento e a reorganização societária da Companhia.
- 21 de maio de 2016 – Por uma decisão do TJSP, a Companhia se mantém na condição de Recuperação Judicial.



- 26 de agosto de 2016 – Solicitação de manifestação do Banco Santander sobre a exclusão da Companhia da Recuperação Judicial da Companhia.
- 07 de dezembro de 2016 - O TJSP acolheu os embargos da companhia e com essa decisão ela foi excluída do polo ativo da recuperação judicial do grupo Inepar. No momento, a companhia aguarda a expedição dos ofícios a JUCESP, CVM e BMF&BOVESPA para retirada da nomenclatura “Em Recuperação Judicial” e operacionalização da companhia.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Essas informações contábeis intermediárias financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de janeiro de 2017.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.



3.3 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.4 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios.

NOTA 04 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) **Caixa e equivalente de Caixa:** A empresa mantém como caixa no consolidado a conta bancária a vista.
- b) **Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos.
- c) **Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes, que são avaliados pelo custo amortizado.
- d) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

NOTA 05 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com empresas ligadas correspondem a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital concedido pela controladora WHPH Participações e Empreendimentos S.A. (“WHPH”) no valor de R\$ 8.674 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 8.245 em 31 de dezembro de 2015. Não há incidência de juros sobre os saldos decorrentes dessas transações.



NOTA 06 – INVESTIMENTO EM CONTRALADA E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 2016, a Atom Participações subscreveu capital na Atom Traders S/A no valor de R\$ 100, dos quais R\$ 10 foram integralizados e R\$ 90 estão a integralizar.

Em função disso, as informações contábeis consolidadas, incluem a consolidação integral da Atom Traders S/A, de cujo capital a Atom Participações detém 99,99%. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que a Companhia obtém o seu controle, e excluída da consolidação a partir da data em que a Companhia não exerce mais controle sobre a controlada.

As informações contábeis individuais da controlada utilizada na preparação das informações contábeis consolidadas foram elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todas as transações e saldos entre a Companhia e sua controlada foram eliminados nas informações contábeis consolidadas.

NOTA 07 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da sociedade integralizado é de R\$ 235.691 (R\$ 235.691 em 2015), representado por 20.898.994 (vinte milhões, oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e noventa e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com direito a voto (313.484.914 em 2015). Houve grupamento de ações na proporção de 5 para 1 em 30/04/2015, resultando em 62.696.683 ações, e em 24/07/2016 um outro grupamento na proporção de 3 para 1, resultando em 20.898.994 ações.

NOTA 08 – RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período pela quantidade de ações emitidas.

NOTA 09 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos - CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os principais instrumentos financeiros referem-se a disponibilidades em caixa e dívidas com fornecedores.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, informamos que não houve remuneração dos Diretores e Conselheiros, no exercício de 2016.



DIRETORIA EXECUTIVA:

Ana Carolina Paifer – Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Danilo Rodrigo Cisotto – Diretor

CONSELHEIROS:

José Joaquim Paifer

Ana Carolina Paifer

Antonio Ruiz Molina Montiel Junior

Eric Gaigher

Zilla Patrícia Bendit

CONTADOR:

Ricardo Biagio Notaro – CPF: 021.536.778-23 – CRC/SP: 1SP216985/O-7



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, vimos pela presente declarar que, na qualidade de diretores da ATOM PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial, revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Ana Carolina Paifer
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Danilo Rodrigo Cisotto
Diretor



Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atenção ao disposto no Art.25, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, vimos pela presente declarar que, na qualidade de diretores da ATOM PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial, revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes SS relativo às demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Ana Carolina Paifer
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Danilo Rodrigo Cisotto
Diretor

